



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Sexta Sessão Extraordinária, do segundo ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e seis de junho de dois mil e vinte, às dezessete horas e vinte e seis minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Afonso Lopes da Silva para proferir o seguinte texto: Evangelho de João - Capítulo 8 – versículos 12-14 “Jesus continuou dizendo: ‘Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andarás nas trevas, mas, possuirá a luz da vida.’ Então os fariseus disseram: ‘O teu testemunho não vale, porque estás dando testemunho de ti mesmo.’ Jesus respondeu: ‘Embora eu dê testemunho de mim mesmo, o meu testemunho é válido, porque eu sei de onde venho e para onde vou.’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estava ausente da Sessão o Sr. Rodrigo da Silva Blanco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para que a Casa deliberasse a respeito de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei n.º 025/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação do Espaço Boulevard – Fase I como “Sala Pedro Abrucês” (Quórum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º , VX, do R.I.). Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a leitura do Ofício DER n.º 0060/2020 do Executivo Municipal, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre denominação do Espaço Boulevard – Fase I como “Sala Pedro Abrucês”. A seguir, designou o Vereador Cristiano José Cecon como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, foi reaberta a sessão determinando-se a leitura do parecer do Relator Especial designado. O Sr. Presidente registrou a presença o Sr. Rodrigo da Silva Blanco. A seguir, em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Única Discussão foi apreciado Projeto de Lei nº 025/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação do Espaço Boulevard – Fase I como “Sala Pedro Abrucês” (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º, VX, do R.I.). Em Discussão, tomou a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo que depois de cumprimentar todos disse que ele gostaria de fazer algumas considerações e que em breve estariam recebendo, no Município, um importante espaço de turismo e cultura e ele achava que nada mais justo do que aquela homenagem ao senhor Pedro Abrucês que tinha uma trajetória, uma história importantíssima dentro da cidade de Jaguariúna, quando da construção do antigo leito ferroviário da cidade de Jaguary, da nova Jaguary; quando foi feito o Centro Cultural, o Pedro prontamente trabalhou naquele projeto, foi atuante, era um funcionário da Companhia Mogiana da Estrada de Ferro, foi Vice-Prefeito, foi Secretário, teve toda a sua vida pública dedicada à cidade de Jaguariúna e, naquele momento, quando tinham um espaço para eternizarem a memória do senhor Pedro Abrucês, nada mais justo do que aquela Casa de Leis fizesse reverência ao seu nome e acolhesse aquela singela homenagem; disse que o senhor Pedro os deixou há alguns anos e, atualmente, na figura dos filhos dele, o Adilson, o Adalberto e o Almir, eram pessoas muito queridas por todos os jaguariunenses e que, realmente, naquele momento de festa, por inaugurarem um espaço público para destinarem à população da cidade, levasse o nome do senhor Pedro Abrucês; disse que ele rendia lá suas homenagens a ele e até se emocionava em falar do senhor Pedro pela pessoa maravilhosa que sempre foi; em seguida, pediu a palavra a senhora Cássia Murer Montagner que, depois de cumprimentar a todos, disse que ela também gostaria de elogiar a decisão de colocar o nome do senhor Pedro Abrucês no Espaço Boulevard, e tinham de lembrar que Jaguariúna, enquanto cidade, era uma cidade jovem, não tinha nem um centenário de vida, tinha sessenta e poucos anos e estavam construindo a história, então, lembrar o nome do senhor Pedro era muito importante, porque ele foi uma pessoa que trabalhou para a cultura da cidade e ser lembrado, naquele momento, ela parabenizava a escolha; em seguida, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele parabenizava, também, pela escolha do senhor Pedro aquela homenagem que era bastante justa e merecida e que, de fato, ele tinha sido vice-prefeito, vereador naquela Casa, dedicou bastante da sua vida ao público de Jaguariúna, então, era bastante justa aquela homenagem e, sem dúvida, iriam votar favorável àquele projeto; em seguida, pediu a palavra o senhor Ângelo Roberto Torres que, depois de cumprimentar a todos, enalteceu as palavras do Presidente Walter, as da Cássia e as do Bozó e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que eles ficavam felizes em poder prestar aquela homenagem à grande pessoa que foi o senhor Pedro Abrucês, parabenizou pela escolha do nome, uma vez que dedicou toda sua vida na parte ferroviária e cultural de Jaguariúna, e eles se sentiam mais felizes ainda de poder tê-lo homenageado em vida; na época, ele não se lembrava, se era o Fred ou o Valdir o presidente da Casa, mas ele estava lá em noventa e sete, onde eles denominaram a Ponte mil oitocentos e setenta e cinco com o nome do senhor Pedro Abrucês e foi emocionante ver a alegria nos olhos dele ao ver seu nome lá na ponte, em uma área que ele trabalho a vida toda, dedicou lá seus filhos, seu trabalho, sua família, então eles ficavam felizes, naquela noite mais aquela homenagem àquela grande pessoa que tinha sido o senhor Pedro Abrucês; lembrou que aquela Casa prestou uma grande homenagem para ele que foi o primeiro presidente da Casa, se ele não estava enganado, mas, enfim, homenagem mais do que justa e era aquilo que eles diziam e que, muitas vezes, as pessoas criticavam quando eles homenageavam uma pessoa em vida, mas eles viam a felicidade que a pessoa tinha de receber seu nome em vida e quando partia, eles sentiam; mas estava feliz por aquela homenagem e de poder estar lá votando aquele projeto; desejou felicidades ao senhor Pedro onde ele estivesse e que Deus o abençoasse e que ele estivesse olhando por eles; a seguir, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, cumprimentou a todos que os acompanham pelas redes sociais, a família do senhor Pedro Abrucês, que também estava os acompanhando, naquela noite, o filho dele, o Adilson que foi o presidente daquela Casa, o Adalberto, o Almir; comentou que ele ficava muito honrado em poder estar, naquela noite, falando, era uma satisfação enorme em estar votando aquele projeto e mais uma homenagem àquele grande jaguariunense que fez muito por Jaguariúna; ele se dedicava de corpo e alma em fazer de Jaguariúna uma cidade cada vez melhor; disse que ele teve a oportunidade de conviver com ele desde oitenta e dois, oitenta e nove na campanha e ele tinha uma vontade de realizar, um espírito vencedor de proporcionar o melhor em tudo; ele se lembrava que ele falava “timoneiro mor”, ele tinha uma frase também “quando a carruagem passa, os cães ladram,” ele tinha aquelas frases bem simbólicas de uma pessoa que militou muito na vida pública, em uma época difícil e com poucos recursos à época e, realmente, a vontade de fazer daquela vila Jaguary uma cidade melhor; ele deu o seu suor, e muito, para aquilo, então, era mais do que justa aquela homenagem e para ele era um privilégio, uma honra poder prestar aquela homenagem àquela pessoa que deixou em todos uma lacuna muito grande, uma pessoa, como o Neguita disse, um apaixonado pela Companhia Mogiana, pela





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estrada de ferro; lembrou que tinham monumentos que foram elaborados por ele, idealizados; a primeira reforma do Centro Cultural, ele que acompanhou de perto; a Estrela da Mogiana na entrada da cidade, a ponte, o trem, na época, alguns jovens não lembravam, mas tinham uma caravela dos quinhentos anos, então, ele teve a ousadia e a oportunidade de perpetuar o seu nome por atos que eles, que eram da comunidade de Jaguariúna puderam acompanhar, então, justa a homenagem e quantas mais pudessem chegar seriam bem vindas e ele um mísero vereador e um jaguariunense apaixonado pela cidade, o homenagearia sempre que pudesse, então, para ele era uma satisfação e ele esperava que a família se sentisse ainda mais orgulhosa de ter aquele exemplo de pai, de homem público que foi o senhor Pedro Abrucês; disse que para ele era uma satisfação honrosa de estar lá naquela noite votando aquele projeto; parabenizou pela iniciativa do projeto, seria mais um espaço onde poderiam lembrar daquele grandioso jaguariunense; parabenizou a família; a seguir, em votação o Projeto de Lei nº 025/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação do Espaço Boulevard – Fase I como “Sala Pedro Abrucês”, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 026/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Escola de Governo e Gestão Pública (EGGP) “Dr. José Emílio Pires Bergamasco” (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º, XI, do R.I.). Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a leitura do Ofício DER nº0062/2020 do Executivo Municipal, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Escola de Governo e Gestão Pública (EGGP) “Dr. José Emílio Pires Bergamasco”. A seguir, designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido prazo concedido foi reaberta a sessão, determinando-se a leitura do parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 026/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Escola de Governo e Gestão Pública (EGGP) “Dr. José Emílio Pires Bergamasco” (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º, XI, do R.I.). Em discussão pediu a palavra Sr. Luiz Carlos de Campos que, mais uma vez, desejou boa noite a todos e disse que iria votar favorável àquele projeto de lei; achava que a Escola de Governo iria auxiliar e contribuir para o conhecimento dos servidores públicos no desempenho de suas atividades e que iria refletir no atendimento do cidadão; só que pensava que a Prefeitura deveria esperar o momento adequado para estar implementando aquilo porque sabiam que iria gerar despesas, também, porque



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tanto que estava no artigo terceiro do projeto de lei, que falava assim: “As Despesas decorrentes da execução desta lei correrão por dotações orçamentárias específicas”; sabiam que iria gerar despesas também para a Prefeitura, então, esperava que fosse implementado num momento adequado, tendo em vista as dúvidas em relação à Receita, à economia do País, a Receita do Município devido à pandemia; a Prefeitura, o Município tinha as despesas contínuas; daí ele deu um exemplo e não sabia se os Vereadores tomaram conhecimento que a Prefeitura reajustou a tarifa do transporte coletivo e achava que o Silva, que fazia parte da comissão, de quatro e noventa e cinco foi para cinco e vinte e sete e o subsídio da Prefeitura, acreditava que cada usuário foi de dois e quarenta e cinco para dois e setenta e sete, então, já teve um reajuste de treze vírgula zero seis por cento; então, sabia que tinha outras, além daquela que ele citou, outras Despesas que o Município tinha que eram Despesas contínuas, energia elétrica, telefone e elas iam sofrendo reajuste e, então, por isso deveria esperar o momento adequando para estar implementando aquela escola, mas que seu voto era favorável e que era bastante importante, agradeceu; a seguir pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse que gostaria de tecer alguns comentários e, primeiramente, disse que era um defensor, desde o início de seu mandato, daquela questão relacionada à Escola de Governo, Escola de Gestão Pública era um projeto que vinha sendo trabalhado e elaborado pela Comissão de Carreiras, por toda equipe que lá estava e que por lá passou também; era fruto de um esforço muito grande de pesquisa onde várias cidades da região foram consultadas como modelo para Jaguariúna implantar um grande projeto com era aquele, então, inicialmente parabenizou o Executivo pela iniciativa e gostaria assim, de deixar claro também, como as palavras do Vereador Luiz Carlos de Campos, que vinha melhorar a qualidade do serviço público proporcionando ao servidor uma maior capacitação e qualificação no desempenho de suas funções, era louvável a iniciativa; em segundo momento, mais uma vez, disse que se emocionava, também, saber que aquela Escola de Governo iria levar o nome do Dr. José Emílio Pires Bergamasco que foi Procurador do Município por muitos anos, em diversas gestões, um advogado que fez sua trajetória no serviço público com dedicação, com amor, com responsabilidade, onde, ao longo de toda a sua vida dedicada ao Município, na Administração Pública, construiu a base do que tinham “no hoje”, no ordenamento jurídico, de um conhecimento jurídico excepcional; o Dr. José Emílio e ele teve a oportunidade de conviver com ele, além de ser o Procurador do Município era amigo deles também, e quando da





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

oportunidade, também, do Prefeito apresentar a eles a proposta da criação da Escola de Governo, sugeriram a ele que denominasse José Emílio Pires Bergamasco por tudo que ele fez, por tudo que se dedicou àquela Administração da cidade e, prontamente, o Prefeito Gustavo Reis acolheu a sugestão e naquele dia, tinha aquela noite para deliberar sobre aquele projeto; disse que gostaria de deixar os singelos agradecimentos ao Prefeito Gustavo Reis e àquela homenagem ao Dr. José Emílio, na pessoa da sua família, irmãos, a filha Rafaela e a esposa Madalena; ele tinha certeza que aquele nome tinha que ser marcado, sim, na história por toda a trajetória brilhante que ele teve no Município; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite a todos, novamente, e disse que era mais uma justa homenagem, bem lembrado o nome do querido José Emílio Pires Bergamasco, era uma pena porque deixou a todos muito cedo e, como o Presidente mesmo disse, era uma pessoa de um conhecimento jurídico, na área pública, fenomenal; contribuiu para todos os Códigos, Plano Diretor, trabalhou incansavelmente para que o Município se estruturasse e desse suporte a tudo aquilo que tinham de jurisprudência e legislação no Município; então, ele ficava muito honrado em estar, naquele momento, lá proporcionando aquela justa homenagem àquela pessoa e que a Casa já fez aquilo, anteriormente, e que tinha uma rua no Bairro Primavera com a denominação do José Emílio e que era pouco e que precisava muito mais e o Governo estava assim fazendo, através do projeto, criando a Escola de Governo e Gestão Pública; era merecido mesmo, então, eles ficavam lisonjeados participando daquele momento tão ímpar de homenagear aquela pessoa tão brilhante, um ser humano de uma educação que, para desligar o telefone ia acompanhando até na mesa para ver se a pessoa não estava falando mais, ele tinha aquela bondade nele mesmo, uma pessoa que sempre pautou pela correção das coisas, sempre orientou muito bem os administradores, as pessoas que participavam das decisões do Município em fazer a coisa correta; então, era justo e todos que pudessem obter a informação de serem instruídos naquela escola, pudesse levar dentro de si o objetivo que o José Emílio tinha de fazer a coisa correta; disse que era uma justa homenagem, singela como foi dito e merecia mais por tudo aquilo que fez para o Município; parabenizou a família e, como bem disse, a Rafaela, a sua esposa, a Madalena, lembrou do Sérgio Bergamasco que foi Vereador, Presidente do Partido, o pai dele, Emílio Bergamasco Filho, que foi Presidente da Casa e Vereador há muitos anos, o Fernando, que era irmão, enfim, todas aquelas que representavam a família do José Emílio; parabenizou a todos e era só uma pena porque havia deixado a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

todos muito cedo; falou que cabia a Casa e a eles, Vereadores, o que fosse possível para lembrar daquelas pessoas que deixaram uma lacuna muito grande na sociedade, parabenizou; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo que era muito bem lembrado o nome do Dr. José Emílio e achava que o Vereador Fred lembrou de um aspecto dele que fazia muita falta hoje em dia, uma pessoa extremamente educada, no hoje, as pessoas até tinham medo de se dirigir a outra porque podia ser maltratada, deixava de fazer, as vezes, alguma pergunta, cometiam erros por medo de serem maltratadas e o Dr. José Emílio era extremamente educado, extremamente prestativo, quando precisava ele sabia as respostas, então, realmente, pessoas como ele fazia muito falta e, infelizmente, os deixou muito cedo mas, era, realmente, uma justa homenagem e parabenizou a toda família; em seguida pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto só lembrando que, no meio deles a fama dele era “Doutor Não”, tudo que pedia para ele era não, não, então, era o “Doutor Não”, e que era uma forma só de homenagear, ainda mais, aquela pessoa, enfim, que os deixou muito cedo; pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos que parabenizou pela escolha e que o chamavam de Zé, Dr. José Emílio, e que eles tinham aquela liberdade e, como a Cássia disse, educadíssimo, atencioso e bastante conhecedor da área jurídica, então, era justo estar denominando aquela Escola de Governo em homenagem ao Zé e a única coisa que ia reiterar sobre o que ele disse, que para implementar tinha que ter um momento adequado, uma hora em que o Município tivesse melhor financeiramente mas, sem dúvida, a homenagem e a Escola ele tinha certeza que teria uma atividade muito boa para os servidores do Município e parabenizou pela escolha do Zé. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 026/2020, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Escola de Governo e Gestão Pública (EGGP) “Dr. José Emílio Pires Bergamasco” (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art 50, § 1º, XI, do R.I.), foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 3. Projeto de Resolução nº 002/2020 da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, e dá outras providências (Quórum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a Leitura do Projeto de Resolução da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, e dá outras providências. A seguir, designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Resolução, motivo pelo qual suspendeu a sessão.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Decorrido prazo concedido, foi reaberta a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Resolução nº 002/2020 da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, e dá outras providências (Quórum de deliberação: maioria simples; Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que ele achou importante estar mencionando a base legal, os valores; o voto dele era favorável àquele projeto; era atribuição da Mesa estar apresentando aquele projeto de resolução que tinha de ser até noventa dias antes das eleições; disse que era bom deixar claro para as pessoas que os acompanhavam, que era obrigatoriedade da Mesa e ela o fez e eles estavam lá discutindo, naquele momento, e que a Lei Orgânica ditava os prazos, o Regimento Interno também, o artigo vinte e nove, como foi posto no parecer, o inciso seis, dava os percentuais máximos referentes à remuneração; de fato, em dois mil e dez, quarenta e quatro mil trezentos e onze, se ele não se enganava na Lei Orgânica até falava que poderia pedir uma certidão do IBGE, talvez até poderia ser maior, poderia ser classificado na alínea C do artigo vinte e nove, do quarenta por cento, de fato aquela quantidade de população, na estimativa do IBGE, em julho de dois mil e dezenove, cinquenta e sete mil, o valor da remuneração que era base do Deputado Estadual; de fato, era vinte e cinco mil trezentos e vinte e dois e vinte e cinco; disse que ele só queria fazer algumas considerações que, na legislatura passada, eles estavam presentes, ele, o David, o Fred, o Neguita e o Magrão e foi a Resolução cento e setenta e cinco e o valor do Vereador, na época, era cinco mil e trinta e dois e do Presidente da Câmara era seis mil e quarenta zero seis, aqueles valores sofreram dois reajustes, um de cem reais que foi concedido aos servidores e para os vereadores, também, e depois a resolução cento e noventa e dois, mais os dois por cento que eram aqueles valores que foram lidos no parecer e estavam dispostos no projeto; disse que vereador, para a próxima legislatura, cinco mil duzentos e trinta e cinco e trinta e três e o presidente da Câmara, seis mil duzentos e oitenta e dois e oitenta e seis, e que eram os mesmos valores que eles recebiam, atualmente, que o Waltinho recebia como Presidente e ele achava que era um valor justo e ele estava dizendo para alguns Vereadores, que tinha muita gente que falava que Vereador só ia em três sessões e não era aquilo, era uma responsabilidade grande, o Vereador tinha de estudar os projetos, ele tinha de saber o que estava votando lá e era uma responsabilidade, então, ele pensava que era uma valor justo para o subsidio dos Vereadores e o voto dele era favorável em relação



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

àqueles valores; agradeceu a todos; em seguida, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, depois de novamente cumprimentar a todos, disse que ele queria aproveitar e mais uma vez enaltecer as palavras do Vereador Luiz Carlos de Campos, porque tinha aquela imagem na sociedade de que o Vereador de Jaguariúna ganhava dez mil, doze mil, e não achassem porque eles não estariam lá no próximo ano, ao menos ele não era candidato a Vereador, que eles estariam baixando o salário do Vereador e que o salário era o mesmo que eles estavam recebendo, naquele momento, como bem disse o Bozó e como bem fez aquela Câmara pelo menos durante os últimos vinte e quatro anos, eles sempre pautaram por um salário que eles achavam condizente com o trabalho do Vereador, os nobres colegas sabiam muito bem daquilo, então, era boa aquela discussão para deixar para a sociedade; disse que, atualmente, ganhavam cinco mil duzentos e trinta e cinco reais e seus centavos e o Presidente seis duzentos e poucos e que, na próxima legislatura, seria aquele o salário que receberiam os futuros Vereadores da cidade, aquela era prerrogativa da Mesa apresentar o projeto como bem disse o Bozó, antes das eleições, sempre foi feito daquela forma e estava lá, para quem achasse que, realmente, Vereador, como bem disse o Bozó, só ia três vezes na sessão à noite, e ganhava aquilo e não, porque Vereador era Vereador vinte e quatro horas por dia, tinha toda à disposição a sua agenda à população e aquilo ele sabia que todos os Vereadores da Casa sempre fizeram aquilo, atenderam a contento, na medida do possível e puderam fazer aquilo que estava dentro das suas possibilidades, e que o Vereador era, realmente, o elo de ligação entre a população e a Administração Pública, então, era um valor justo naquilo que entendiam, e ele também votava favorável e não poderia votar diferente daquilo, sendo que, ao longo dos vários anos dele naquela Casa, ele sempre fez com aquela dedicação que estava apresentando a Mesa também, com o zelo ao dinheiro público, e que era uma valor justo para quem exercia o cargo de Vereador na querida cidade, sempre dando exemplo; talvez, naquele momento, ele não tinha os números, porque fazia tempo que ele não sentava à Mesa de presidente mas, o salário deles, se não fosse o mais baixo da Região Metropolitana, dentro dos parâmetros que o Bozó apresentou de cidades do mesmo nível habitacional, eles estavam bem próximos dos menores, ele achava que aquilo era motivo de orgulho para a sociedade que eles representavam, era um salário módico dentro dos valores que o Município poderia arcar tranquilamente para os seus representantes do Legislativo; parabenizou mais uma vez pela iniciativa e disse que era função da Mesa apresentar e deliberarem



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sobre aquilo, então, ele aproveitava lá para dar a sua opinião e declarar o seu voto favorável aos valores apresentados; em seguida, tomou a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que, durante a semana, ouviram alguns comentários do tipo que estariam fazendo sessão para aumentarem os salários, e como o Vereador Luiz Carlos foi brilhante nas suas colocações, era uma disposição da Lei Orgânica do Município que obrigava que a Mesa Diretora apresentasse projeto de resolução no último ano do mandato, três meses antes da eleição, então, estavam cumprindo, exatamente, o que a lei determinava e por isso a discussão da matéria lá; falou que as colocações do Vereador Luiz Carlos e do Vereador Fred não cabiam mais palavras da parte dele porque eles conseguiram fazer uma síntese, tanto histórica como precisa da realidade do Poder Legislativo do Município de Jaguariúna; acrescentou que os treze Vereadores daquela Casa eram pessoas dedicadas que faziam com responsabilidade todos os atos pertinentes à função de Vereador, independente, daquela questão salarial, porque como foi muito bem explanado, poderia ter um valor maior, mas entendiam a responsabilidade social, o momento que vivem em todo contexto nacional, a dificuldade que toda sociedade passava e o Poder Público também iria sofrer o efeito daquilo nas suas finanças, então, a responsabilidade daquele projeto de resolução era exatamente cumprindo com aqueles anseios; disse, como Presidente, e lá tinha a honra e o prazer de dividir opinião com mais três ex presidentes daquela Casa, não era fácil fazer a Gestão de todo o Poder Legislativo, o valor era justo, mas a responsabilidade era muito grande como Presidente daquela Casa, não era fácil ser Vereador, entre treze cabeças representando uma população de mais cinquenta mil habitantes no Município, poder levar as demandas, intermediar as decisões junto ao Poder Executivo e lutar pelos interesses da população, então, quando eles discutiam aquilo e, algumas vezes, eles viam alguns comentários totalmente descabidos de algumas pessoas de falarem sobre valores, sobre salários ou sobre função, infelizmente, não conhecia a realidade de como funcionava o Poder Legislativo; eles eram honrados por estarem sentados lá porque a população os escolheu para se sentarem lá e eles honravam também com as atitudes aqueles gestos e com as funções e dedicação ao mandato deles, então, com aquilo, a Mesa Diretora apresentou o projeto e ele pedia o acolhimento dos nobres Pares a ele; lembrou que, mais à frente teriam um outro projeto que seria a fixação do subsídio do prefeito, do vice-prefeito e secretários também. A seguir, em votação o Projeto de Resolução nº 002/2020, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.), foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 011/2020, do Executivo Municipal, que altera o art. 1º e §§ da Lei Complementar Municipal nº 148/2009, que dispõe sobre a possibilidade de prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, da licença-maternidade das servidoras públicas, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, III, do R.I. cc Art. 42 da LOM). Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a leitura do ofício DER nº 0063/2020 do Executivo Municipal, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que altera o art. 1º e §§ da Lei Complementar Municipal nº 148/2009, que dispõe sobre a possibilidade de prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, da licença-maternidade das servidoras públicas, e dá outras providências; A seguir, designou a Vereadora Cássia Murer Montagner como Relatora Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido prazo concedido, foi reaberta a sessão determinando-se a leitura do parecer da Relatora Especial designada. A seguir, em Primeira Discussão e votação foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 011/2020, do Executivo Municipal, que altera o art. 1º e §§ da Lei Complementar Municipal nº 148/2009, que dispõe sobre a possibilidade de prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, da licença-maternidade das servidoras públicas, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art .50, § 1º, III, do R.I. cc Art. 42 da LOM) foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 2. Projeto de Lei nº 027/2020, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a leitura do Projeto de Lei nº 027/2020, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). A seguir, designou o Vereador Cristiano José Cecon como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido prazo concedido, foi reaberta a sessão determinando-se a leitura do parecer do Relator Especial designado. A seguir, em Primeira Discussão, foi apreciado Projeto de Lei nº 027/2020, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

R.I.). Em Discussão pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto dizendo que estavam discutindo um projeto de lei que regulamentava, para o período de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro, o salário do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais e como os nobres Pares já sabiam, ele era pré candidato a prefeito do Município e ele gostaria lá de propor uma emenda solicitando a redução do salário do prefeito, ele já tinha mandado o Executivo elaborar o projeto em cinquenta por cento, algo próximo de dez mil e quinhentos reais e ele só estava esperando a elaboração da emenda e, provavelmente, reduzindo em cinquenta por cento, iria afetar um pouquinho o salário dos Secretários Municipais que ele tinha pedido para reduzir também próximo do salário do prefeito e ele esperava contar com o apoio dos nobres Pares e ele estava fazendo aquilo porque ele esperava ser o prefeito da cidade e ele tinha a maior das boas intenções e ele achava que o primeiro passo era reduzindo o salário dele e ele esperava ser o vitorioso nas eleições no próximo dia quinze de novembro e ele queria dar o exemplo de que ele não estava entrando lá pelo salário, porque ele queria entrar lá para fazer para a cidade dele aquilo que ela deu de retorno a ele durante os cinquenta e três anos de vida; fazer da cidade dele uma cidade ainda melhor e não era o salário que o levava lá, então, como ele sabia que depois iria ficar aquela conversinha de que não poderia doar, ele estava propondo a redução daquilo que estava estimado pelo prefeito na próxima legislatura, então, ele queria deixar clara a intenção dele da proposta da emenda; falou que os nobres Pares deram um toque para ele com relação que, talvez pudessem infringir um dispositivo que ninguém poderia ganhar mais do que o prefeito no município e poderia ser que afetassem alguns funcionários, então, a proposta dele era aquela de reduzir o valor em cinquenta por cento e ele estava aberto para poder usar do espaço da Câmara, democraticamente, para poder chegar a um número de consenso para que, realmente, pudesse ser digno com o cargo de prefeito no município de Jaguariúna, não que não fosse o valor, mas ele não fazia do salário a bandeira dele para chegar à Prefeitura da querida cidade, ele não precisava daquilo, era lógico que não estavam loucos para rasgar dinheiro, que tinham de ser respeitados os limites constitucionais, então, ele estava propondo aquela redução e pedia o apoio dos nobres Pares à emenda que ele iria apresentar naquele momento; em seguida, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto que depois de cumprimentar todos, disse que ele compactuava com o pensamento do nobre colega Fred e era importante ressaltar que eles não estavam baixando o salário do prefeito atual e, sim, do próximo mandato a





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

prefeito, então, não era nada pessoal e aquele era o momento de discutirem aquilo que sempre discutiam noventa dias antes das eleições e por isso estavam tendo aquela discussão naquela noite; falou que estavam vendo muitos cortes sendo feitos na Administração Pública, inclusive servidor muitas vezes punido por aquilo e, naquele momento, era importante eles também fazerem um gesto de redução para a próxima legislatura, ele achava que era um valor compatível, um valor coerente, estavam falando de mais de dez mil reais e aquilo seria bastante salutar naquele momento em que o Brasil estava vivendo; em seguida, mais uma vez, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que disse que ele se propunha ser candidato a prefeito com aquele objetivo e não ia ser só no salário do prefeito, ele tinha lá um compromisso e tinha falado que, no primeiro ano do mandato dele, oitenta por cento dos cargos comissionados ele iria acabar, então, não era só no prefeito, e quem quisesse acreditar naquilo que ele estava propondo, aquela era a forma austera dele governar e ele sabia que o Município tinha bons recursos e tinha dinheiro para fazer tudo aquilo mas, ele iria cortar na carne, realmente, aquilo que ele achava que era importante para o município; ele iria propor que os agentes públicos trabalhassem com seus carros próprios e da mesma forma ele faria com o dele e, nada mais era do que aquilo que era o salário que o prefeito iria receber, o resto iria ser com aquilo que tinha para poder proporcionar à população; disse que aquele era o objetivo dele, carros para funcionários, para secretários municipais, celulares, iria ser tudo deles e vinte e quatro horas por dia à disposição do município e da população, aquela era a forma que ele queria governar a cidade, então, quem tivesse aquela vontade de propor aquilo e fazer aquilo com o Município, ele pediria para que acreditassem nele e fossem com ele, porque era daquela forma que ele iria governar, era trabalhar para o Município e fazer um exemplo de cidade, era aquilo que ele queria para a cidade dele, porque nela ele nasceu, iria viver e iria morrer e queria ver a cidade sendo exemplo para todo o País como sempre fez mas, tinha de cortar na carne e iria reduzir em oitenta por cento os comissionados puros em um ano e se não fizesse aquilo, poderiam, no final do primeiro ano, tirá-lo fora, tinha a Câmara toda a autonomia para falar que ele cairia fora, então, estava lá um compromisso dele de, realmente, cortar na carne e ser um exemplo; em seguida, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele era favorável à emenda, tanto que ele estava assinando junto com eles, só que eles tinham de pensar em relação como bem foi dito pelo Vereador Alfredo, da remuneração do prefeito, porque ele próprio dizia e estava na Lei Orgânica, era constitucional, que ninguém poderia ganhar mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

do que o prefeito, os servidores da prefeitura não poderiam ter remuneração maior do que do prefeito e ele achava que até era possível estarem reduzindo, só que ele achava que tinham de ficar atentos àquele valor para não estarem prejudicando os servidores e servidores de carreira da Prefeitura, que eram concursados há bastante tempo, tinham médicos também, então, deveria ter alguém que pudesse ganhar mais do que aquele valor, era claro que no projeto de lei também era extensivo à revisão constitucional todos os anos mas, ele achava que tinham de prestar atenção, naquele valor, era só aquilo que ele queria deixar lá para eles estudarem bem em relação ao prefeito; a seguir, pediu a palavra a senhora Cássia Murer Montagner pedindo a suspensão da sessão por alguns instantes, pela novidade da proposta para eles estudarem um pouco mais; em seguida, o senhor Presidente suspendeu a sessão para que pudessem analisar o referido projeto. Terminado o prazo concedido o senhor Presidente reabriu a sessão solicitando para que o Primeiro Secretário fizesse a leitura da seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 027/2020 - Emenda nº 01 - Dá nova redação ao inciso I e III, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 027/2020, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências, que passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 1º (...) I - R\$ 10.871,38 (dez mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), para o Prefeito; II- (...) III – 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), para os Secretários Municipais. Câmara Municipal de Jaguariúna, 26 de junho de 2020, assinada pelos Vereadores Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. A seguir, o senhor Presidente colocou em discussão a referida emenda; pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, agradecendo aos Pares que assinaram a emenda, deixou claro a todos e à população que a proposta dele era a redução do salário do prefeito na próxima legislatura, de vinte e um mil, vinte mil e uns quebrados, para dez mil e oitocentos reais, aproximadamente; ele gostaria muito de contar com o apoio dos nobres Pares com aquele voto; estavam falando de sete pessoas que pleiteavam aquele cargo, a princípio, e ele era um deles e como ele disse na primeira fala dele, não era pelo salário que ele queria chegar lá, porque ele queria chegar lá com a forma austera de ser como ele sempre foi, proporcionar ao Município o ganho maior que era demonstrar que eles queriam o melhor para ele, reduzindo salários, reduzindo comissionados, reduzindo números de secretarias, que era um compromisso dele também, se, atualmente, tinham quinze, levar para perto de dez, onze, era um compromisso dele e ele aproveitava a discussão de um projeto que envolvia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o próximo mandato de ter aquilo como bandeira de campanha, então, ele gostaria, realmente, de pedir aos Pares que acreditassem nele, porque se Deus quisesse ele seria eleito a partir do próximo ano, para Prefeito de Jaguariúna e com aquilo demonstrar ao seu povo que ele estava lá para, realmente, governar para o melhor da cidade, e ele tinha lá um compromisso com os Pares e com a população da cidade e se ele fosse eleito, ele não era candidato à reeleição, não queria reeleição, ele achava que a partir do momento em que ele estava lá ele tinha de utilizar dos quatro anos para fazer com que a máquina andasse e demonstrar o porque ele foi; voltando a falar do salário do prefeito, ele estava legislando, naquele momento, para uma próxima legislatura onde ele estava sendo beneficiado ou não por aquela proposta, ele sabia que tinha, no Município, sete pré candidatos e ele acreditava que o salário era o condizente para exercer o cargo de Prefeito da queria cidade de Jaguariúna, poderia ser menos, mas estavam preocupados também com os salários dos servidores que poderiam ser afetados com aquele dispositivo que estavam emendando mas, disse também que tinham no Governo Federal e Estadual pessoas que ganhavam muito mais do que o Presidente, muito mais do que o Governador e que estavam lá e continuavam recebendo salários que eram motivos de discussão judicial, e se lá acontecesse iria ser motivo de discussão e se, realmente, o salário do prefeito fosse reduzido que ele achava que era dentro de um patamar razoável, que ficasse também como critério para os servidores públicos, enfim, e ele estava falando de salários e não de vantagens pessoais que, às vezes, as pessoas poderiam entender, também, que elevavam os salários e ele estava falando exclusivamente do salário do Prefeito, atualmente, sendo de vinte e um para dez mil e oitocentos reais, aproximadamente, então, ele pediria aos Pares para que votassem favoráveis; disse que não era uma questão lá de defesa do governo ou não ou do Prefeito que estava lá, era de um próximo Prefeito e eles não sabiam quem estaria lá e ele esperava ser ele, então, às vezes, os Vereadores estavam preocupados com quem estava na cadeira e sofreria uma pressão, então, ele pediria que votassem pela cidade, naquilo que ele achava que era condizente e se ele fosse eleito, o salário de vereador era cinco mil duzentos e trinta e cinco e, em tese, ele estaria dobrando o salário dele, então, era mais do que suficiente para ele exercer o cargo de vereador, de prefeito, e pediu aos nobres Pares para que não pensassem, lá, em defender uma bandeira de um Prefeito que estava no cargo, atualmente, ele estava falando de uma próxima legislatura, porque quem estava no cargo iria receber seu salário até o final do ano, e se não estava bom, não saíssem candidatos, ficassem em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

casa, porque na concepção dele, por tudo aquilo que ele vivenciava e sabia de pessoas que recebiam e percebiam recursos das empresas, ele sabia que estava bom para exercer o cargo da cidade; pediu mais uma vez aos Pares para que apoiassem o projeto para que ele fosse bem vindo e aprovado naquela Casa. A seguir, o senhor Presidente colocou a referida Emenda modificativa ao projeto de lei nº 027/2020 em votação, a qual foi rejeitada por quatro votos favoráveis e oito votos contrários dos senhores Afonso Lopes da Silva, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva. A seguir, o senhor Presidente colocou em discussão Projeto de Lei nº 027/2020, da Mesa Diretora que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.); pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que era com pesar que ele via que a emenda dele não prosperou mas, lá ele formava um compromisso público que com a metade do salário dele ele iria doar a qualquer entidade ou devolver ao serviço público, enfim, ele iria ver a melhor maneira de se fazer aquilo e ele gostaria que fosse através de um projeto de lei para deixar clara a intenção dele, naquela Casa, frente ao Gestor do próximo mandato, mas enfim, a emenda dele não prosperou e era com pesar que ele falava aquilo e, em virtude daquilo, ele iria votar contra o projeto. Em seguida, o senhor Presidente colocou em primeira votação o referido Projeto de Lei 027/2020, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências, o qual foi aprovado por oito votos favoráveis, sendo quatro contrários dos senhores Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, lembrando que, a seguir, teria início a mais uma Sessão Extraordinária, já convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

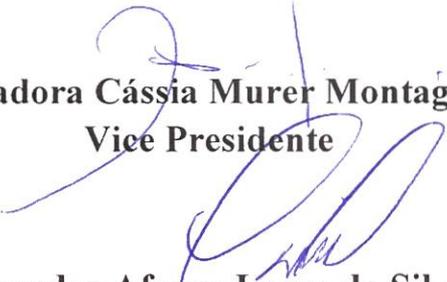
Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Referente à Ata da Sexta Sessão Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2020.


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário